

COMISSÃO EXECUTIVA DO PEDEPES

(PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL)

INVESTIMENTO PÚBLICO NA REGIÃO DE SETÚBAL É NECESSÁRIO AO PAÍS

O PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, documento em torno do qual mais de duas centenas de entidades da Região se reuniram com o objectivo de promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida, logo na sua introdução afirma que tendo por objecto a Península de Setúbal, ele não é, contudo, independente de um conjunto de processos marcantes da evolução nacional, europeia e mundial, *«cujos efeitos o condicionam e afectam profundamente.»*

Os Municípios da Região de Setúbal que, através da sua Associação, foram impulsionadores do processo de elaboração do PEDEPES e, os demais agentes de desenvolvimento regional, têm vindo ao nível da Comissão Executiva e do Conselho Regional do PEDEPES a acompanhar a evolução do Plano e a tomar posição sobre as principais questões que afectam o desenvolvimento da Península de Setúbal.

Num momento de grave e profunda crise económica e social, *«cujos efeitos (...) condicionam e afectam profundamente»* a Península de Setúbal com o encerramento de empresas; com a subida do desemprego, tendo o número de inscritos nos Centros de Emprego dos Concelhos desta Região atingido em Abril passado o seu valor mais elevado de sempre, perto de 40 mil, o que constitui um aumento de 15,5% se comparado com o idêntico mês do ano transacto; com o aumento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos, a que agora se anunciam novos cortes; com a diminuição do poder de compra das famílias, importa continuar a aprofundar o trabalho de desenvolvimento do PEDEPES, promovendo a análise, estudo e reflexão colectiva da situação existente com vista à perspetivação de soluções capazes de nos conduzir a um futuro melhor.

Apostando na revalorização do sector produtivo e do tecido económico local e regional, na indústria, na pesca, na agricultura, no comércio e serviços, no turismo sustentável como factores de desenvolvimento.

Como em outros momentos da nossa história já ficou provado, esta Região tem os projectos e os actores necessários para enfrentar dificuldades, para se desenvolver e elevar os padrões de qualidade de vida, para contribuir determinantemente para a geração de riqueza e para se afirmar como espaço de progresso e desenvolvimento sustentado e harmonioso entre as comunidades locais e o meio ambiente.

É neste quadro, que a Comissão Executiva do PEDEPES, reunida no dia 28 de Junho de 2010, aprecia o actual momento.

Numa situação de crise económica e social, como a que atravessamos, o investimento público útil e reprodutivo assume um papel central na dinamização da economia, essencial no combate à crise, podendo constituir-se como alavanca do sector produtivo nacional, no entanto, a opção política do Poder Central tem-se traduzido na redução do investimento público.

No Distrito de Setúbal tem-se registado um acentuado desinvestimento, com as verbas do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) a revelarem uma política de entrave ao desenvolvimento regional, aliás, nos últimos anos tal quebra do investimento na Região foi justificada com o anúncio de grandes investimentos para a Península de Setúbal, casos do Novo Aeroporto de Lisboa e da Terceira Travessia do Tejo e da Rede de Alta Velocidade.

Sob o pretexto da crise, estes mesmos projectos foram adiados até decisão em contrário e, desta forma, a realidade vai demonstrando que nesta Região nem os investimentos estruturantes, nem os de carácter regional, tiveram lugar, mantendo-se indefinidos. As promessas que falavam de níveis de investimento público da Administração Central nunca antes vistos na Região ficaram adiadas.

Na Península de Setúbal, para se avaliar seriamente o investimento público ter-se-á que reconhecer o papel do investimento público municipal.

Este é o investimento que tem estimulado o desenvolvimento da economia local e, em particular, das micro, pequenas e médias empresas. Este é o investimento que tem conduzido a Península de Setúbal para padrões de qualidade de vida superiores à média nacional, mas que se encontra em risco tendo em conta as políticas de redução da capacidade de investimento das autarquias e que o anunciado corte de 100 milhões de euros nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal vem agravar colocando em causa um vasto conjunto de projectos municipais, incluindo projectos com candidaturas a fundos comunitários aprovadas.

As limitações à capacidade criadora e concretizadora dos Municípios, em especial no momento que vivemos, deveriam ser reconhecidas como um erro com graves custos para as economias locais e regionais e com impactos profundos nos tecidos socioeconómicos. A inversão das políticas que obstaculizam o investimento municipal deve ser uma prioridade de todos os que se colocam do lado do desenvolvimento, contra a estagnação.

Assim, a Comissão Executiva do PEDEPES, reunida no dia 28 de Junho de 2010, continuando a defender uma estratégia integrada de investimento público que fomente o crescimento económico e o emprego com direitos, promovendo o território e a elevação das condições de vida, afirma a necessidade de ser garantida a concretização de um conjunto de investimentos públicos na Região, considerando que estes correspondem ao interesse nacional e devem estar colocados ao serviço do desenvolvimento da nossa economia.

A Comissão Executiva do PEDEPES reafirma o conjunto de compromissos e propostas assumidos na **Resolução do Encontro «Uma Região, Um Projecto... Melhor Futuro!»,** realizado em Outubro de 2008, designadamente, através da proposta de *«criação de um Programa Operacional para a Região de Setúbal, com uma estrutura onde esteja assegurada a representação da Administração Central, da Administração Local e dos agentes regionais de desenvolvimento, que com o correspondente plano de financiamento, determine prioridades, articule investimentos, promova a integração dos grandes projectos nacionais na Região, potenciando os seus efeitos.»*

E, não existindo nenhuma alteração superveniente das circunstâncias que conduza a uma modificação de posição, a **Comissão Executiva do PEDEPES considera:**

- **Continuar a ser exigível a concretização da Ponte Rodo-Ferroviária Barreiro/Chelas e respectivas acessibilidades complementares** (remontando esta reivindicação da Região ao PIDDS - Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, elaborado na década de 80, uma proposta aprofundada no âmbito do PEDEPES);
- Inadiável a priorização dos investimentos no desenvolvimento dos projectos do **Arco Ribeirinho Sul, da Plataforma Logística do Poceirão, de extensão do Metro Sul do Tejo, de qualificação do Porto de Setúbal, da concretização da CRIPS – Circular Regional Interna da Península de Setúbal,** entre outros;
- **Relativamente, ao Novo Aeroporto de Lisboa,** determinante para a competitividade nacional e atendendo ao faseamento do projecto, ser fundamental **rever o diploma que estabelece as Medidas Preventivas (Decreto-Lei n.º 19/2008, de 1 de Julho)** - que serão revogadas assim que entre em vigor o PROT-AML - essenciais para a salvaguarda da construção da infra-estrutura, **mas que estatui restrições desproporcionadas sobre o território** dos 11 concelhos abrangidos, 5 dos quais da Península de Setúbal (Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal).

Assim, a Comissão Executiva do PEDEPES consciente das dificuldades do momento presente, afirma ser imperativo investir no progresso económico e social, no bem-estar e na melhoria das condições de vida, considerando que os investimentos na Região de Setúbal são necessários ao País e à superação da crise.

A Comissão Executiva do PEDEPES

Setúbal, 28 de Junho de 2010